



O ANALFABETISMO EM CUIABÁ/MT ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2010 SOB UMA PERSPECTIVA RACIAL E CRÍTICA

Wesley Henrique Alves da Rocha¹

Marina Duarte Moraleco²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo verificar a situação de desigualdade racial em Cuiabá-MT no âmbito educacional, especificamente se tratando do analfabetismo entre os anos de 2000 e 2010. Para tanto se utilizou de revisão bibliográfica acerca do tema e análises dos dados levando em consideração estudos e publicações no âmbito da Psicologia Social e Saúde. A partir desse estudo observou-se que a população negra em Cuiabá/MT apresentou resultados significativamente vulneráveis em relação a população branca, o índice de analfabetismo entre pessoas negras se mostrou bem mais elevado. Sendo assim, evidencia-se a importância e emergência da discussão e criação de políticas públicas cada vez mais eficazes que atendam a população negra, é necessário também que a discussão das questões referentes à desigualdade racial esteja presente na formação dos profissionais que vão lidar com tais questões.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade racial; analfabetismo; Cuiabá/MT.

Introdução

Conforme Heringer (2002), o Brasil foi considerado por várias décadas o país da “democracia racial”, porém, a realidade que se vê é outra, as distinções e desigualdades raciais são inegáveis, facilmente perceptíveis e conseqüentemente geradoras de graves adversidades para a população negra e para o país todo.

¹ *Graduado em Psicologia (UFMT)*

² *Graduada em Psicologia (UFMT)*



A desigualdade ocorre quando um pequeno grupo de pessoas detém os meios de produção e o capital financeiro, enquanto a grande maioria da população (classe trabalhadora, proletariado) é possuidora apenas de sua força de trabalho e sua prole, sendo assim, a desigualdade é um fenômeno socioeconômico que coloca um pequeno grupo (classe dominante) em condições mais vantajosas que outros, para tanto se explora a força de trabalho dos pobres, com isso, os explorados acabam não dispondo de renda suficiente para gozar de mínimas condições de vida, incluindo a saúde (FERREIRA & LATORRE, 2012). Vale ressaltar que a desigualdade é uma condição constituinte e essencial para a manutenção e consolidação do sistema capitalista, por conseguinte o racismo funciona como arma de dominação dando aos dominantes “justificativas” e meios para que os dominados continuem nessa condição e sejam culpabilizados pelas suas próprias penúrias (MOURA, 1994).

O fator cor/raça parece influenciar na desigualdade, sobretudo no âmbito educacional e é no sentido de observar a ocorrência ou não desta relação na educação que desenvolvemos este trabalho a partir de dados coletados no DataSUS.

Metodologia

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e os dados utilizados nessa pesquisa foram coletados no portal do Ministério da Saúde, denominado DATASUS (Departamento de Informática do SUS), é uma base de dados nacional com fins originalmente administrativos e de acesso à informação onde constam os dados dos pacientes do SUS sem identificação pessoal dos mesmos. No caso desta pesquisa utilizamos os dados acerca do analfabetismo. Foi utilizado o programa TabNet do sítio eletrônico do DATASUS para a coleta dos dados brutos que foram analisados posteriormente com o cálculo percentual.

Discussão dos dados

Se tratando do analfabetismo é possível observar a partir dos dados coletados no DataSUS, que os maiores valores são da população negra, enquanto que a população branca apresenta números significativamente inferiores. No ano de 2000 a população considerada analfabeta era composta por 72,6% de pessoas negras e 27,4% de pessoas brancas. No ano de 2010 os números mudam, porém não de forma positiva para a população negra. Dentre a



população considerada analfabeta 18% eram pessoas brancas, ou seja, houve aqui uma redução de 9,4% em relação ao ano de 2000, enquanto que 82% eram pessoas negras, isto é, houve um aumento de 9,4%. Nota-se que enquanto o percentual de analfabetismo diminuiu entre os brancos em relação aos anos de 2000 e 2010, entre os negros houve aumento significativo.

Castro (2009) em seu estudo denominado *Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira*, concluiu que se tratando da escolaridade, a população negra no Brasil está em desvantagem em relação à população branca, em consequência disto o analfabetismo ainda é bem mais acentuado na população negra, sobretudo das regiões menos desenvolvidas (periferias), partindo dos dados expostos, pode-se observar que Cuiabá/MT infelizmente não difere das conclusões que o referido autor fez em nível nacional.

Em relação à educação da população negra cuiabana, foi notório que a mesma apresentou maiores índices de analfabetismo, de acordo com Zamora (2012) “as diferenças raciais, na educação, são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores”, e isso também perpassa pela formação dos educadores e pela falta desse debate nas escolas, visto que de acordo com Valente (ZAMORA, 2012, p. 570), várias pesquisas já constataram que as expectativas dos educadores em relação às crianças negras também reduzem suas oportunidades quando crescem. Jodelet (2001) aponta também que tais expectativas negativas vinculadas na sociedade acarretam na interiorização de sentimentos de insegurança e inferioridade, bem como uma “patologia social ligada à múltiplos fatores: a exclusão, limitação das chances sociais, desorganização familiar e comunitária, socialização defeituosa, perda dos sinais identificatórios, desmoralização, etc”.

Embora seja evidente que as tensões raciais estejam presentes na escola, Zamora (2012) afirma que elas são apagadas “magicamente”, bastando não falar delas e não debater o assunto com os alunos e profissionais da escola, entretanto, os efeitos de tais tensões e desigualdades se impõem, “tornando o ambiente escolar hostil e facilitando os processos de suposta desistência de continuar a estudar” (ibidem) da população negra.



Em harmonia com Heringer (2002), estudiosos apontam a educação como um dos principais fatores associados ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho, ou seja, é o principal caminho para ascensão dos indivíduos, sobretudo, da população negra.

Sendo assim, o fato de a população negra ter apresentado maiores índices de analfabetismo, também pode elucidar os altos índices de desemprego e as menores rendas per capita.

Os negros brasileiros têm feito pouco progresso na conquista de profissões de maior prestígio social, no estabelecimento de seus próprios negócios e na ocupação de posições de poder político. Eles ainda concentram-se em atividades manuais que exigem pouca qualificação e escolaridade formal. As desvantagens acumuladas através da história brasileira [escravidão] tornaram o sucesso difícil para a população afro-brasileira (LIMA, 1999, apud HERINGER, 2002).

Em vista disso, nota-se que a desigualdade entre negros e brancos pode estar relacionada tanto a fatores estruturais quanto à discriminação, além disso, o mais expressivo é o componente educacional, visto que ao pertencerem ao grupo com menor acesso à educação, conseqüentemente os negros também ocupam lugares de menor notoriedade no mercado de trabalho (ibidem, 2002). Passada a fase da abolição, com sua conclusão negativa para a população negra, o racismo brasileiro procura novas roupagens “científicas” (MOURA, 1994), isto é, se mascarando através do mito da democracia racial.

Democracia racial, segundo Avancini (2015), é uma ideia que vem sendo difundida desde 1933, quando o sociólogo Gilberto Freyre publica sua obra intitulada “Casa Grande e Senzala”, tal ideia se baseia na crença de que no Brasil não existem conflitos raciais, isto é, haveria uma convivência pacífica entre as raças e que todos teriam chances iguais individualmente de sucesso independente de sua cor/raça. Tomando os dados apresentados e discutidos neste trabalho, fica evidente que não há essa tal democracia racial, “os negros têm menos oportunidades de estudar, seus salários são menores que os dos brancos e eles são as principais vítimas da violência” (AVANCINI, 2015), além disso, “negros são maioria no país e, em disparada, a maior população carcerária. São vítimas de um genocídio perene e banalizado. Vivem em favelas e periferias em condições subumanas. O acesso ao serviço público é ruim” (SILVA, 2014). Além da evidente desigualdade, “em consequência das condições desfavoráveis que os negros enfrentaram para se inserir na estrutura social no



período pós-escravidão” (REIS, apud AVANCINI, 2015), há outra herança do período da escravidão que ainda os persegue: uma visão estereotipada do negro como um ser inferior (ibidem, 2015).

O mito da democracia racial pode ser interpretado como uma dialética inclusão/exclusão, onde o excluído é constantemente “incluído”, por diferentes mediações, mas ao mesmo tempo continua sendo excluído, porém, agora com o sentimento de culpa individual pela própria exclusão (SAWAIA, 2001), isto é, afirmando que não há desigualdades raciais, o excluído, no caso os negros, tornam-se os únicos culpados pela sua própria desigualdade, desconsiderando assim todo o contexto histórico da escravidão de quase 400 anos, além disso, tal mito da democracia racial “fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais” (BENTO, 2009, p. 48), ou seja, o mito traz em sua essência a negação do preconceito e da discriminação, a isenção do branco e a culpabilização dos negros (ibidem, p. 148).

Assim sendo, os dados coletados e discutidos acerca da situação da população negra em Cuiabá/MT no que se refere a alfabetização corroboram com o declínio do mito da democracia racial, visto que é evidente que negros não estão e não vivem nas mesmas condições e não tem as mesmas oportunidades, sendo assim, segundo Reis (apud AVANCINI, 2015), a democracia racial deve ser vista como uma meta a ser atingida “no sentido de se tratar de uma condição em que a raça se tornaria socialmente irrelevante, é insubstituível” e não como realidade já vivenciada.

O lugar do branco

Quando se discute relações raciais e suas desigualdades é importante que o lugar que o branco ocupa nesse contexto também seja discutido, visto que quando não se faz isso, corremos o risco de tratar a desigualdade racial como problema única e exclusivamente dos negros, quando na verdade é um problema relacional, que tem consequências negativas para todos (BENTO, 2009, p. 156).

Acerca desse problema relacional, Bento (2009, p. 27) destaca:



[Há] uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais [...] Eles reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação. [...] Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. [...] Todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitam que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. (BENTO, 2009, p.27)

É preciso que se admita que a condição social do negro é consequência do período dos quase quatro séculos de escravidão, da violência física e simbólica por parte da elite branca e que o silêncio e omissão acerca do assunto é um fiel guardião dos privilégios dessa elite, “para brancos beneficiados pelo racismo, uma consciência ampliada disto gera raiva ou sentimentos de culpa, evitar a questão racial é uma maneira de evitar estes sentimentos de desconforto” (ibidem, p. 26), entretanto, Bento (2009) ainda ressalta que, explicitar e tornar acessível os aspectos condenáveis da consciência branca deve ser acompanhada da possibilidade de mudança, daí a grande importância dessa discussão em todos os ambientes da sociedade (educacionais, profissionais, familiares) em que se enfatize que há possibilidades de mudança, seja em nível individual ou institucional, no que diz respeito ao racismo e as desigualdades raciais, entretanto sabe-se que tal mudança deve ser vista como processual e é preciso começar com a conscientização e reconhecimento do lugar privilegiado que o branco ocupa nas relações e dessa forma a população branca também possa reconhecer isso e contribuir com a luta contra a desigualdade e mudança da realidade e por conseguinte pensar sobre possibilidades de ações anti-racismo em seu meio social, posto que, não se deve responsabilizar as pessoas, sobretudo as brancas, pelo que aprenderam sobre o racismo e desigualdade racial, porém, quando as pessoas adquirem uma maior compreensão sobre essa realidade através das discussões acerca do tema, elas têm o compromisso de tentar identificar, interromper este ciclo de opressão e alterar seu próprio comportamento (ibidem, 2009).

Considerações finais

Por fim, ressaltamos mais uma vez a importância de pesquisas como esta que visam expor a desigualdade racial que ainda persiste a fim de promover reflexões críticas acerca do



tema e da realidade vivenciada pela população negra, sobretudo no âmbito educacional, isso se dá pelo fato de que o racismo infelizmente ainda constitui nossa história, fazendo com que direitos acabem se tornando privilégios de poucos (brancos). O racismo “estrutura as relações em nossa sociedade e precisa ser encarado como o grave problema que realmente é” (VIEIRA, 1995; SANTOS, 2009, apud ZAMORA, 2012, p. 572). O racismo acaba justificando inclusive o poder de deixar morrer ou de matar do Estado (ZAMORA, 2012), o racismo e a desigualdade operam como uma “seletividade entre quem tem ou não tem o direito a uma vida cidadã; entre quem deve ser preservado e protegido e quem é a vida indigna, que não merece ser vivida” (ibidem).

REFERÊNCIAS

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Evolução e desigualdade na educação brasileira**. Educ. Soc., Campinas , v. 30, n. 108, p. 673-697, Oct. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 mar. 2016.

DATASUS. **Departamento de Informática do SUS**. TabNet. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>> Acesso em 22 de novembro de 2015.

FERREIRA, Maria Angela Fernandes; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira. **Desigualdade social e os estudos epidemiológicos: uma reflexão**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 2523-2531, set. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000900032&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 22 nov. 2015.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57-65, 2002.



JODELET, Denise. **Os processos psicossociais da exclusão**. In: As artimanhas da exclusão. Sawaia, Bader (org.). 2ª edição. Editora Vozes – Págs. 53-67. Petrópolis, 2001.

MOURA, Clovis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Edição 34, ago/set/out, 1994, páginas 28-38. Disponível em: <
https://www.dropbox.com/s/78q2kt8n8anz9ww/O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf?dl=0>. Acesso em mar. 2016.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. **Desigualdade racial, racismo e seus efeitos**. Fractal, Rev. Psicol., v. 24 – n. 3, p. 563-578, Set./Dez. 2012.